OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

PACTO NACIONAL PELO COMBATE ÀS DESIGUALDADES

MINAS PELA IGUALDADE:

Contribuição ao Pacto Nacional de Combate às Desigualdades

Boletim nº 17

Setembro de 2023

FJP FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

CORECON MG CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **2**
RENDA, RIQUEZA E TRABALHO **3**
EDUCAÇÃO **16**
Desigualdade de acesso 21
Desigualdade de Infraestrutura 23
Trabalho Docente 25
Desigualdade Educacional na Pandemia 27
VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA **36**

APRESENTAÇÃO

O presente documento é uma contribuição do Observatório das Desigualdades para o debate fomentado pelo Pacto Contra as Desigualdades. Nosso objetivo é fornecer um olhar para Minas Gerais através dos dados divulgados pelo relatório do Pacto, bem como enriquecer o diálogo em torno do quadro de desigualdades no Brasil através de dados produzidos na pesquisa que teve como produto o documento “Minas Pela Igualdade”. Aqui você encontrará os infográficos produzidos a partir desse projeto, que sintetizam as principais informações sobre o tema tratado, e a nossa contribuição teórica, separada por três eixos temáticos - Renda, Riqueza e Trabalho, Educação e Violência e Segurança Pública.

O projeto "Minas pela Igualdade: Panorama das desigualdades em Minas Gerais" foi estruturado e executado em 2022 com o apoio de emenda parlamentar do então Deputado Estadual André Quintão. Ele envolveu a realização de levantamento bibliográfico e documental, análise de dados estatísticos e registros administrativos, consultas a entidades da sociedade civil e relatórios e proposições de agências multilaterais. O resultado foi um documento específico para o estado de Minas Gerais, com um diagnóstico das principais fontes de desigualdades no estado, com ênfase naquelas que podem ser abordadas em nível estadual, bem como alternativas estruturadas e viáveis de políticas ou programas estaduais de enfrentamento.

Espera-se que este documento colabore para o monitoramento do quadro de desigualdades de nosso país, bem como na identificação de soluções para redução de desigualdades em nosso estado

RENDA, RIQUEZA E TRABALHO

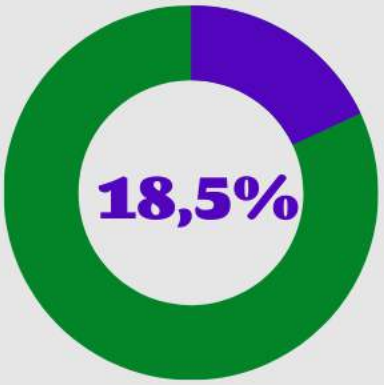
MINAS PELA IGUALDADE:

A persistência da pobreza em Minas Gerais

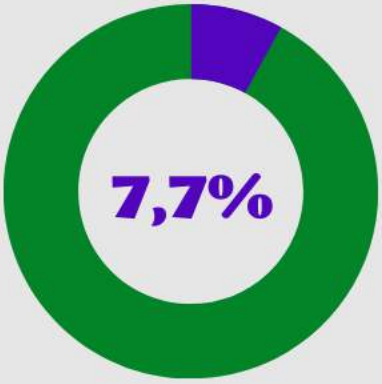
A análise da pobreza em Minas Gerais é fundamental para a compreensão tanto das lacunas e problemas ainda não solucionados, quanto dos possíveis impactos da atuação estatal sobre esta questão. A partir dos resultados da pesquisa Minas pela Igualdade, desenvolvida pelo Observatório das Desigualdades em 2022, este infográfico reúne os principais indicadores sobre a pobreza em Minas Gerais, apresentando a dimensão da renda, com dados da PNAD 2022.

Categorizando a pobreza por renda, na faixa de 1/4 a 1/2 salário mínimo, 18,5% da população mineira vive nessa condição, ou seja, quase 4 milhões de pessoas. Isso corresponde a quase uma a cada cinco pessoas.

Taxa de pobreza



Taxa de extrema pobreza



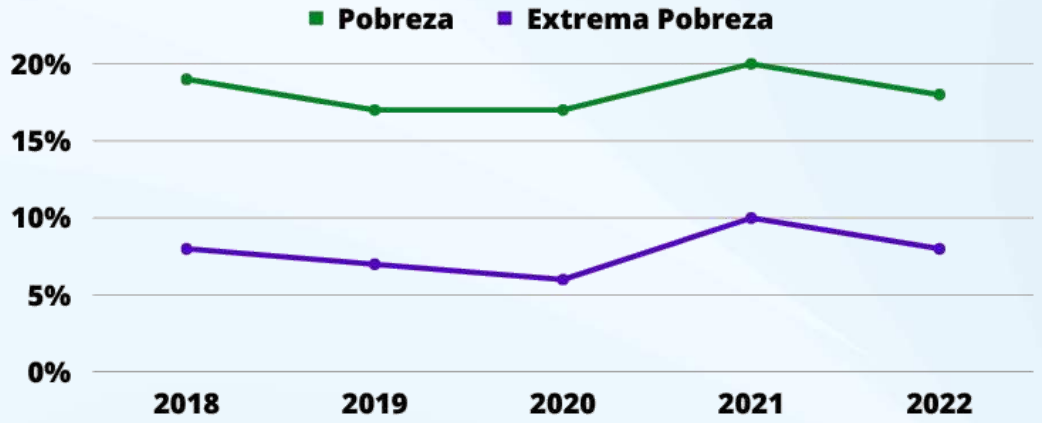
Abaixo da linha de extrema pobreza, com renda até 1/4 de salário mínimo, vivem 7,7% das pessoas em Minas Gerais: são mais de 1,5 milhão de pessoas nessa condição.

14,8%

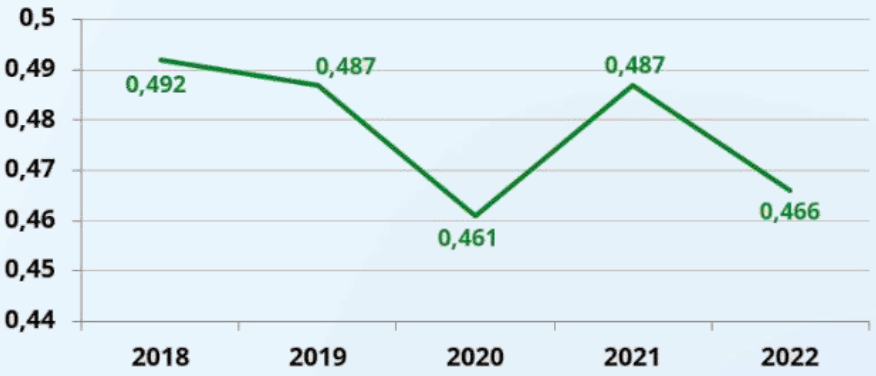
dos adolescentes mineiros estão em situação de extrema pobreza. Esse dado alarmante mostra a necessidade de atenção especial a crianças e adolescentes.

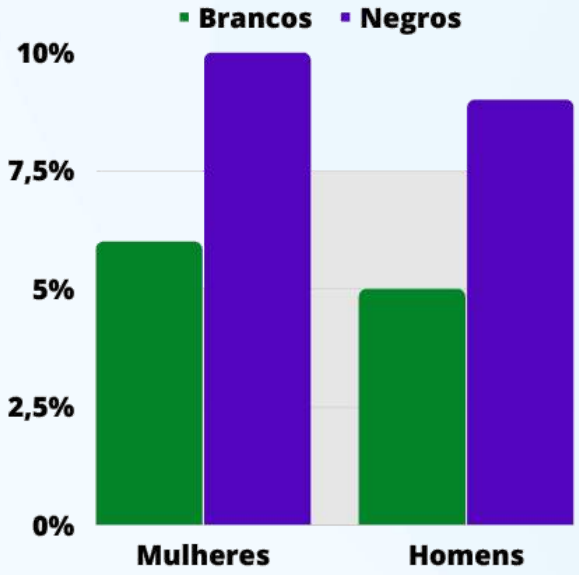
29,9%

das crianças mineiras estão em situação de pobreza. Elas representam o grupo mais vulnerável nesse aspecto.



A evolução das taxas de pobreza e de extrema pobreza em MG mostram o impacto dos programas de transferência de renda, como observa-se com as quedas decorrentes da implementação do Auxílio Emergencial em 2020 e do Auxílio Brasil em 2022. O mesmo impacto pode ser observado no índice de Gini, que mostra o nível da desigualdade de renda.





As desigualdades de raça e de gênero também podem ser observadas nas taxas de extrema pobreza (representada ao lado) e de pobreza, de modo que pessoas negras representam um grupo mais vulnerável, principalmente as mulheres negras.

A pobreza e a extrema pobreza estão mais presentes nas áreas rurais

RURAL
16,0%

URBANA
6,3%

TAXA DE EXTREMA POBREZA

A pobreza também se relaciona à escolaridade, sendo que quanto menor o nível de escolaridade, maior a taxa de pobreza.

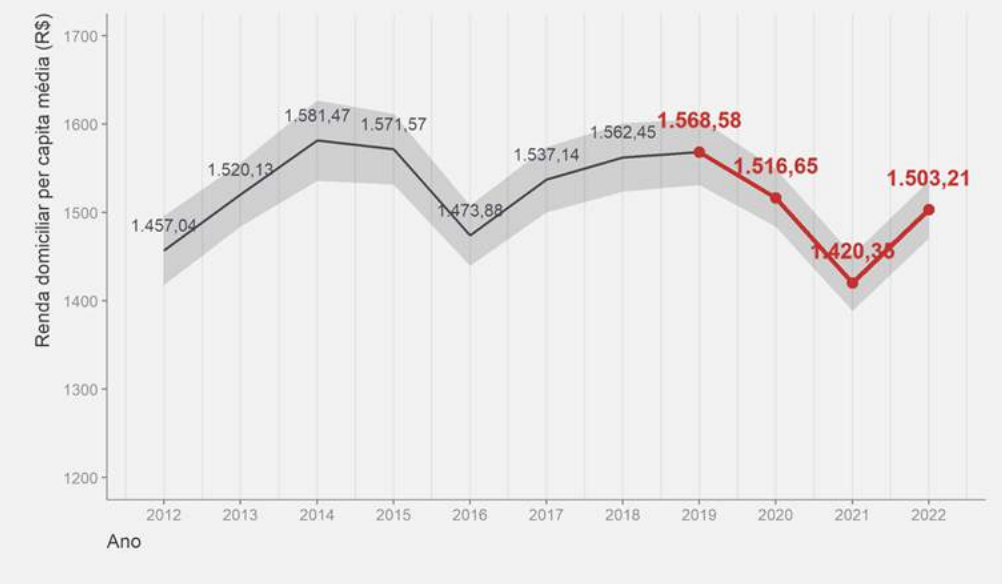
RENDA, RIQUEZA E TRABALHO

A renda e o trabalho são dimensões fundamentais para a compreensão das desigualdades, na medida em que apresentam uma perspectiva das condições de vida da população, permitindo identificar a forma como é distribuída a riqueza na sociedade e os grupos mais vulneráveis, que necessitam de atenção especial das políticas estatais, como a transferência de renda.

A partir do estudo realizado na pesquisa Minas pela Igualdade, considera-se pobreza como privação de renda, adotando uma perspectiva mais restrita, na qual o conceito pobreza se refere a uma situação em que o acesso a determinadas condições mínimas de bem-estar são negadas a uma pessoa, a uma família, a um grupo ou aos moradores de uma região.

Um primeiro passo consiste em analisar a renda média domiciliar ao longo do período de 2012 a 2022 para Minas Gerais. De 2012 a 2015, tem-se uma elevação da renda média. Em 2016 tem-se uma queda seguida de leve ampliação nos dois anos seguintes. Em 2019, percebe-se uma forte queda, chegando em 2021 a valores inferiores a 2012, representada pelo destaque em vermelho no gráfico abaixo. Por fim, em 2022, percebe-se uma volta da tendência de crescimento, que pode ser relacionada ao Auxílio Brasil, implementado em 2022 em substituição ao Bolsa Família, gerando um aumento no número de beneficiários do programa de transferência de renda.

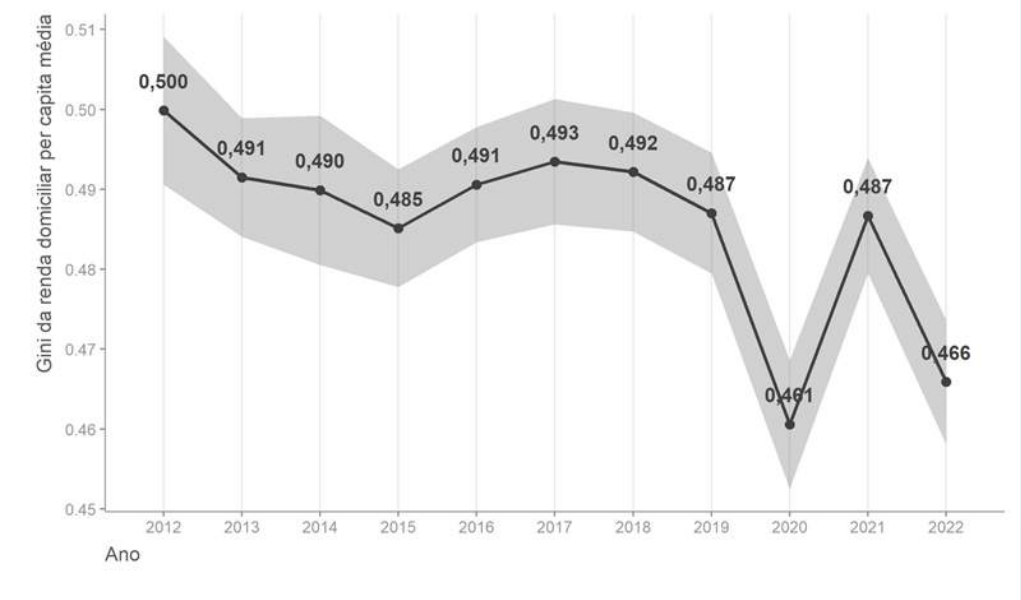
Gráfico 1: Evolução da renda domiciliar per capita - Minas Gerais, 2012-2022.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-C (IBGE).

Considerando uma medida de desigualdade, tem-se que o período de 2012 a 2015 apresenta uma queda do Gini da renda, evidência do esforço redistributivo do período. A partir de 2016 observa-se um aumento da desigualdade de renda, com uma queda brusca em 2020, fruto do repasse do Auxílio Emergencial, em função da pandemia. Em 2021, assume a tendência de alta da desigualdade, que volta a cair em 2022, destacando o impacto da transferência de renda por meio do Auxílio Brasil.

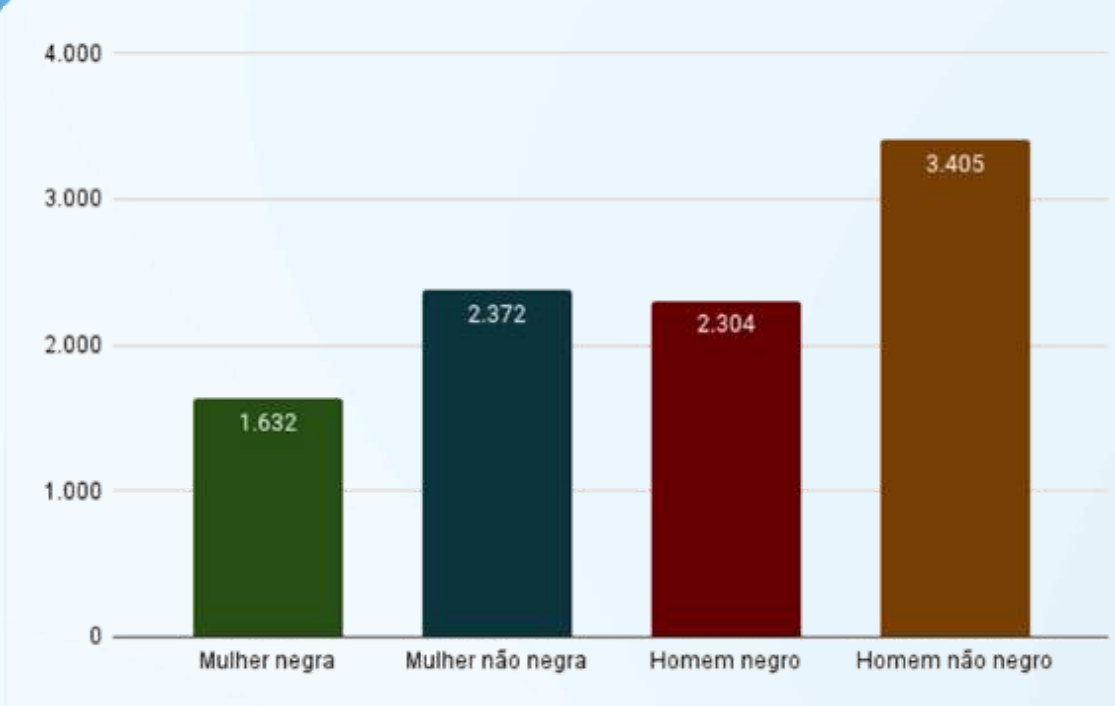
Gráfico 2: Evolução do coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita - Minas Gerais, 2012- 2022.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-C (IBGE).

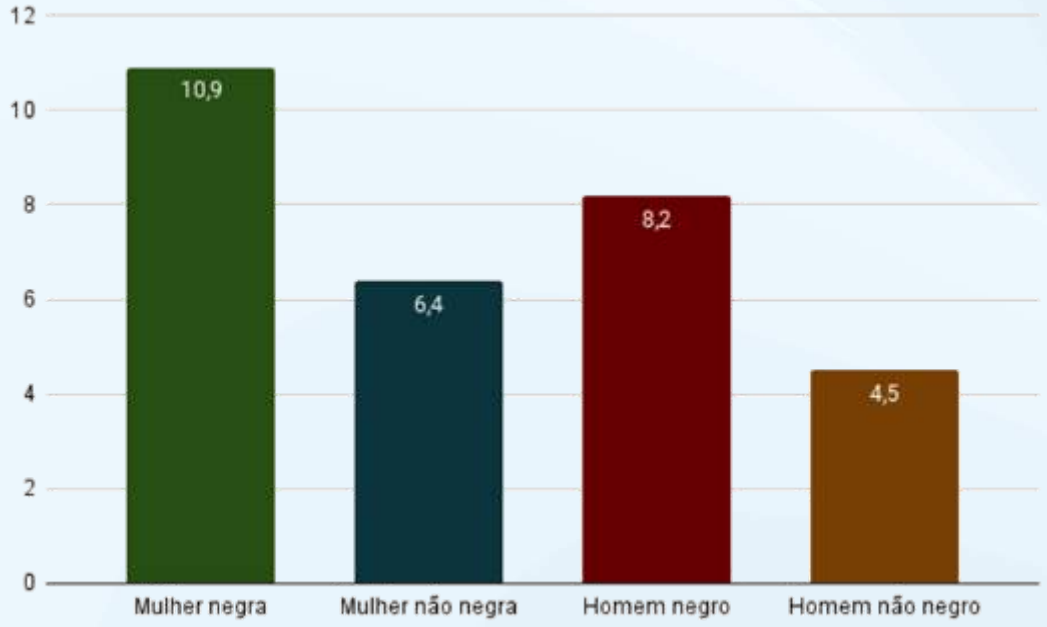
Considerando de forma mais específica os grupos a partir de critérios de cor e gênero, tem-se bastante evidente o quanto essas dimensões afetam a condição de pobreza. A noção de interseccionalidade é fundamental para compreender os complexos mecanismos pelos quais classe, gênero e raça se combinam para a produção de desigualdade. A partir dos dados de 2022, percebe-se que as desigualdades de gênero e raça impactam o rendimento médio e a taxa de desocupação, sendo que as mulheres negras são o grupo mais desfavorecido nesses aspectos no estado e no país. A taxa de desocupação para a mulher negra é mais que duas vezes superior à do homem não negro, de acordo com os dados representados no gráfico abaixo. O mesmo padrão é observado na renda média: a renda do homem não negro é mais que duas vezes superior em relação à renda da mulher negra.

Gráfico 3: Rendimento médio mensal real de todas as fontes, a preços médios de 2022, por sexo e cor ou raça - Minas Gerais, 2022.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022, acumulado de quintas visitas.

Gráfico 4: Taxa de desocupação por sexo e cor ou raça - Minas Gerais, 2022.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022, acumulado de quintas visitas.

Muitas são as linhas utilizadas no Brasil para identificar a condição de pobreza e extrema pobreza, não existindo um parâmetro consensual a respeito. Usa-se a linha de ¼ do salário mínimo (correspondia a R$303,00 em 2022) e de ½ salário mínimo (em valores de 2022, correspondia a faixa entre R$ 303,01 e R$ 606,00 mensais per capita) para caracterizar a pobreza extrema e a pobreza, respectivamente, que constituem os critérios de elegibilidade para inserção nos programas sociais, como Benefício de Prestação Continuada/BPC e também para caracterizar as famílias inscritas no CadÚnico.

Considerando esses parâmetros, entre 2012 e 2015 a taxa de pobreza diminuiu, passando de 18,6%, para 17% e a de pobreza extrema também, saindo de 8,2% em 2012 para 6,4% em 2015. A partir de 2016, tem-se o crescimento das taxas de pobreza e extrema pobreza em Minas Gerais, sendo que estas chegam, em 2021, a patamares superiores a 2012: tem-se, nesse ano, 19,7% da população em condição de pobreza e 10,4% em condição de extrema pobreza. Em números absolutos isso significa 4.216.392 pessoas vivendo na pobreza e 2.233.116 vivendo em condição de pobreza extrema no estado. Mostrando ainda os impactos do Auxílio Brasil, a taxa voltou a cair em 2022, apesar de se manter superior ao nível de 2019.

Gráfico 5: Evolução da taxa de pobreza e de extrema pobreza - Minas Gerais, 2012-2022.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-C (IBGE).

Quando se consideram as variáveis de gênero e raça, tem-se uma sobre-representação dos negros, com predominância da mulher negra, seguida do homem negro, na condição de pobreza. Essa situação se mantém no caso da extrema pobreza, com 9,8% das mulheres negras e menos de 5,4% de homens brancos nessa condição, em 2022.

Gráfico 6: Evolução da proporção de pobres na população total segundo gênero - Minas Gerais, 2012-2022.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-C (IBGE).

A evolução das taxas de pobreza e de extrema pobreza demonstra o potencial dos programas de transferência de renda para a redução dessas condições. Em 2022, quando o programa Auxílio Brasil foi implementado, observou-se redução nas duas taxas, por exemplo, tal como ocorreu em função do auxílio emergencial em 2020. Contudo, apesar desses impactos em indicadores que refletem o nível da renda, a observação da pobreza como um fenômeno multidimensional é um fator fundamental para o sucesso das políticas de combate à pobreza e à desigualdade, de modo que políticas de educação e saúde, por exemplo, são fundamentais nesse processo, como ocorre no caso do Bolsa Família, que associa critérios de educação e saúde à transferência de renda.

Importante olhar também para dois grupos populacionais que são mais afetados pela condição de pobreza e extrema pobreza: as crianças e adolescentes e os idosos. A perspectiva do ciclo de vida é central, pois tem-se evidências suficientes da centralidade das

condições iniciais de vida para o desenvolvimento das pessoas.

O fenômeno da reprodução intergeracional da pobreza é real, contribuindo para a manutenção de condições de pobreza, principalmente pobreza extrema. Essa constatação torna os dados mais impactantes: em 2022, quase 30% das crianças menores de 13 anos e 27% dos adolescentes de 14 a 17 anos viviam em condições de pobreza. A incidência da pobreza na infância e adolescência é superior à das outras faixas etárias, sendo que 14% das crianças de até 13 anos e de quase 15% dos adolescentes de 14 a 17 anos estavam em condição de pobreza extrema, em 2022. Para os idosos, tem-se ressaltado a relevância não apenas de aposentadorias e pensões, mas também das transferências sociais, principalmente o BPC, cujo valor, vinculado ao salário mínimo, consegue proteger bastante os idosos quanto às condições de pobreza e pobreza extrema. Considerando a análise por escolaridade, tem-se que a taxa de extrema pobreza para as pessoas que não completaram o ensino fundamental (10,3%) é mais que o dobro daquela dos que possuíam o ensino médio completo (4,6%).

Em síntese, percebe-se o impacto positivo das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, sobre as taxas de pobreza e de desigualdade, reforçando a importância do investimento nessa área. Além disso, com a análise das desigualdades em Minas Gerais, fica evidente que as mulheres e os negros são ainda mais prejudicados pela pobreza, pela falta de emprego e pela desigualdade de renda. As crianças e adolescentes também formam um grupo mais vulnerável, representando a maior taxa de pobreza dentre as faixas etárias utilizadas na análise. Destaca-se também a população com menor instrução, em especial aqueles

apenas com ensino fundamental completo ou incompleto, observando a relevância do aspecto educacional sobre a pobreza.

EDUCAÇÃO

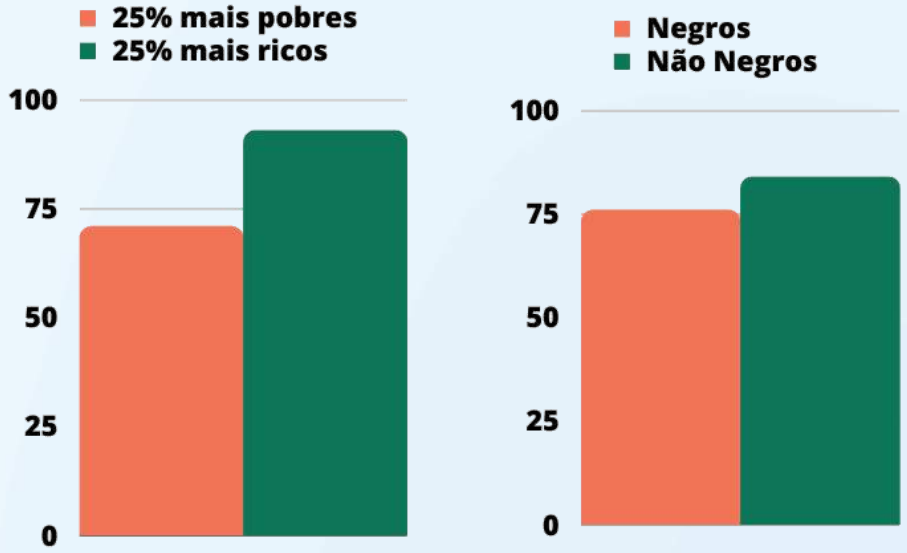
MINAS PELA IGUALDADE:

Desigualdades Educacionais em Minas Gerais

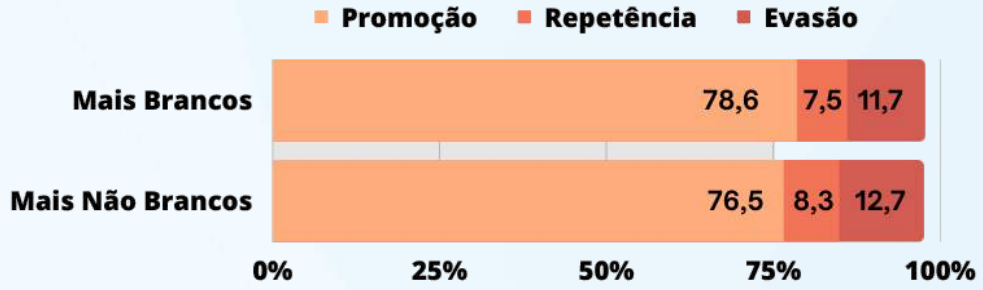
Uma política educacional bem-sucedida não pode ser avaliada e nem orientada apenas pelo seu desempenho médio ou mais geral. Em uma sociedade iníqua como a brasileira, é preciso considerar também em que medida as oportunidades educacionais. Nesse sentido, a pesquisa Minas pela Igualdade aborda este tema, a partir de quatro dimensões do processo educacional: acesso, infraestrutura das escolas, perfil e condições docentes e resultados, considerando nível socioeconômico, raça, gênero e também as desigualdades territoriais.

Em relação ao acesso, as desigualdades podem ser observadas na frequência do Ensino Médio por critérios de renda e de cor/raça: pessoas mais pobres e pessoas negras possuem menor acesso ao Ensino Médio em Minas Gerais.

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa por renda e por cor/raça (Minas Gerais, 2019)



Fluxo escolar no Ensino Médio por cor da população em idade escolar do município (Minas Gerais, 2018-2019)

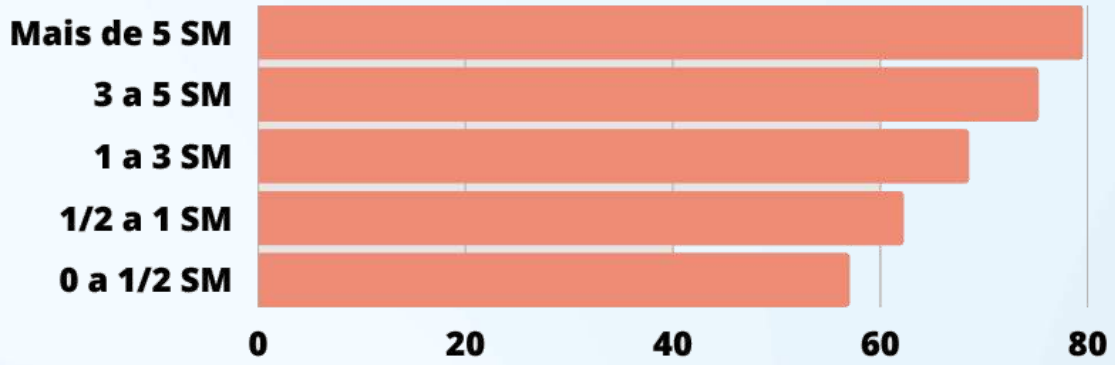


As desigualdades regionais, marcantes de um grande estado como Minas Gerais, também afetam a educação oferecida aos alunos em cada localidade. A infraestrutura das escolas, por exemplo, é pior nas regiões mais vulneráveis do estado.

Nível de infraestrutura das escolas da rede estadual (Minas Gerais, 2019)

Durante a Pandemia, as desigualdades educacionais ficaram ainda mais evidentes...

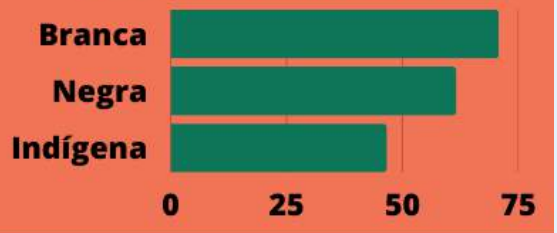
% de alunos que tiveram mais de três dias de atividades disponíveis, por rendimento domiciliar per capita (nov. 2020)



69,1%

dos alunos indígenas tiveram atividades escolares em novembro de 2020, enquanto o percentual total foi de **86,1%**.

Alunos que tiveram mais de três dias de atividades disponíveis, por cor ou raça (nov. 2020)



EDUCAÇÃO

A relevância atribuída à educação pública constitui um dos grandes consensos sociais e acadêmicos, no Brasil e no mundo, por razões diversas. A valorização da educação sempre trouxe a promessa, em maior ou menor grau, da democratização de oportunidades e da mobilidade social, ideias fundamentais até mesmo para a mais liberal das concepções de justiça. Do ponto de vista do desenvolvimento soberano de um país, o fortalecimento da educação, da ciência e da tecnologia é reconhecido como determinante da produtividade da mão de obra, da inovação e da competitividade em um mundo em que a tecnologia ocupa um papel central.

Em uma sociedade desigual como a brasileira, função importante que vem sendo atribuída à educação é promover a igualdade de oportunidades, contribuindo para a redução da desigualdade social e para o aumento da mobilidade. Sendo a educação um recurso central para a conquista de melhores posições ocupacionais, de renda ou de status, a democratização das oportunidades educacionais seria um componente fundamental de qualquer estratégia sustentável e de longo prazo de redução da pobreza e da desigualdade.

Em que pese o Brasil, incluindo Minas Gerais, ter assistido, desde a Constituição de 1988, a uma redução das distintas dimensões da desigualdade social e educacional, é preciso ter claro que persistem desafios importantes em diversos componentes da equidade educacional. É fundamental levar em conta ainda que a Emenda Constitucional 95 provocou a redução da participação federal nos gastos em educação e que, nos últimos quatro anos, a marca da gestão federal foi a omissão em sua função complementar e coordenadora e a redução ou

extinção *de facto* de várias iniciativas e programas federais de apoio à educação básica. A exceção foi a aprovação do novo FUNDEB que, de qualquer forma, foi imposta pelo Congresso Nacional ao Executivo, a partir de ampla mobilização e debate da sociedade civil. A substituição recente do chamado "teto de gastos" por mecanismos mais modernos e flexíveis de gestão fiscal e o início recém-anunciado de recomposição orçamentária da área (ao menos na esfera federal), o anúncio de retomada de programas importantes para a equidade educacional (como merenda escolar e educação integral) parecem apontar para a volta da centralidade da educação por parte do nível central de governo. Em conjunto com a convocação da sociedade e governos para o debate sobre a revisão de conteúdo, cronograma e recursos de políticas que vêm se mostrando problemáticas – tanto do ponto de vista da eficácia quanto da equidade – como o Novo Ensino Médio, estes movimentos sinalizam que o MEC novamente procura assumir o papel coordenador, fundamental em regimes federativos desiguais.

Ao analisar a desigualdade educacional, deve-se estar atento a quatro questões: a) desigualdade de quê (cobertura, acesso, insumos, fluxo, aprendizagem etc)?; b) quanta desigualdade (ou seja, sua magnitude)?; c) desigualdade entre quem, ou seja, quais são as clivagens, grupos, segmentos, regiões cujas condições e tratamento limitam ou inviabilizam o acesso ao direito à educação? E d) como estas desigualdades se manifestam em diferentes âmbitos e etapas da trajetória educacional e qual o efeito de sua interação?

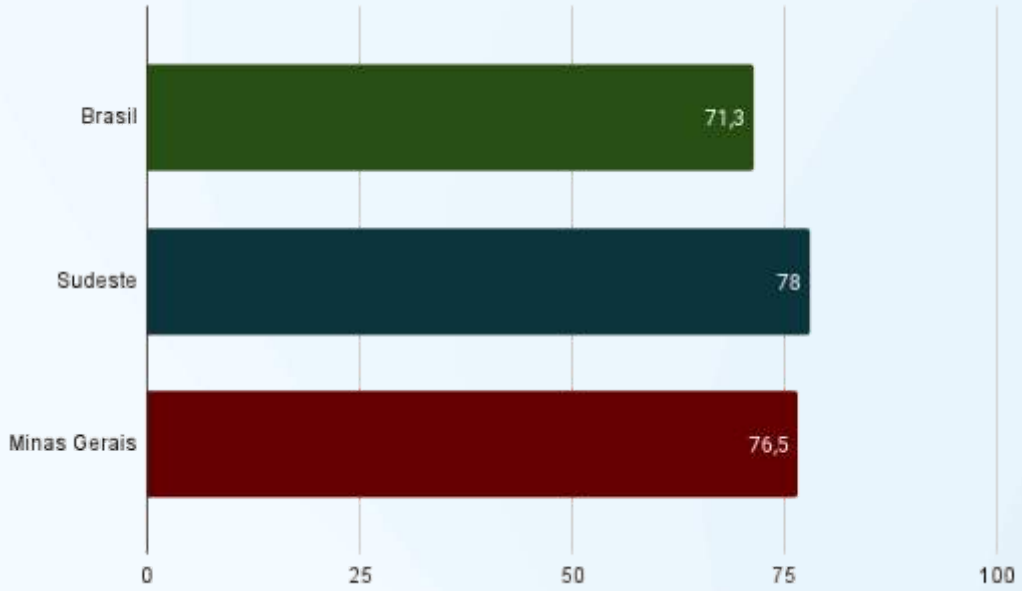
Desigualdade de acesso

Tome-se primeiro a desigualdade de acesso aos diferentes níveis educacionais. Para a educação infantil, tema

do primeiro índice de medida de acesso, nota-se que Minas Gerais se encontra ligeiramente atrás da média nacional, e distante do percentual atingido para o Sudeste em 2022.

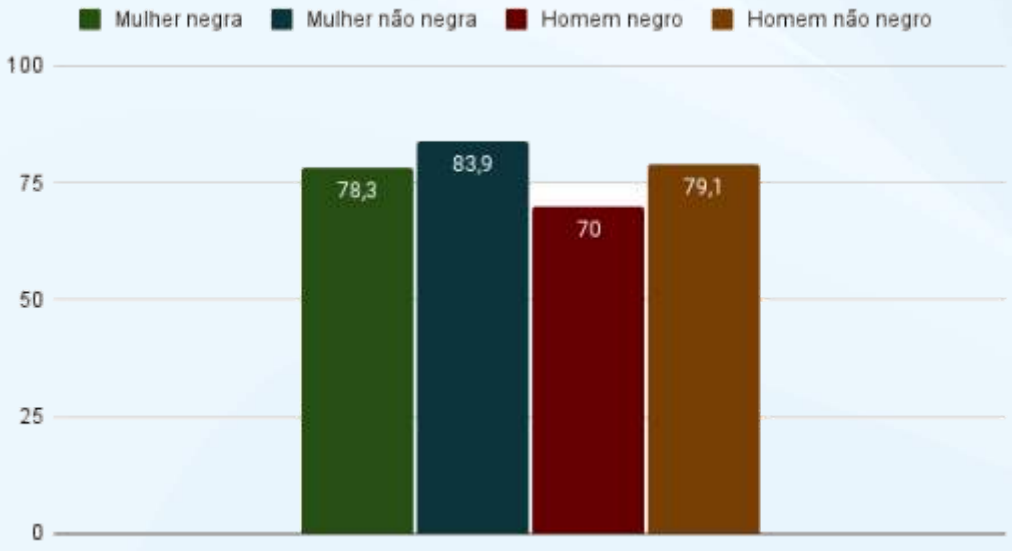
A evolução da educação básica no estado apresenta um quadro parecido com o do Brasil, em termos gerais: o nível de Ensino Fundamental, o primeiro a se expandir de forma mais sistemática como escolaridade obrigatória e, posteriormente, com o conjunto de incentivos do FUNDEF sucedido pelo FUNDEB, encontra-se próximo da universalização, ainda que sua conclusão ainda não esteja universalizada. O cenário do Ensino Médio é mais grave, pois o acesso a este nível encontra-se ainda mais distante da universalização, ou seja, não atingiu 80% de taxa de escolarização líquida. No período entre 2019 e 2021, este indicador apresentou interrupção em sua trajetória ascendente no estado. Porém, além de apresentar um nível geral aquém das necessidades, o direito à educação no estado de Minas Gerais é também desigual. Os gráficos a seguir expressam a taxa de escolarização líquida por sexo e cor ou raça, e revelam algumas características da desigualdade educacional no estado.

Gráfico 1: Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio - Brasil, Sudeste e Minas Gerais, 2022.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2022 - 2º trimestre.

Gráfico 2: Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio por sexo e cor ou raça - Minas Gerais, 2022.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2022 - 2º trimestre.

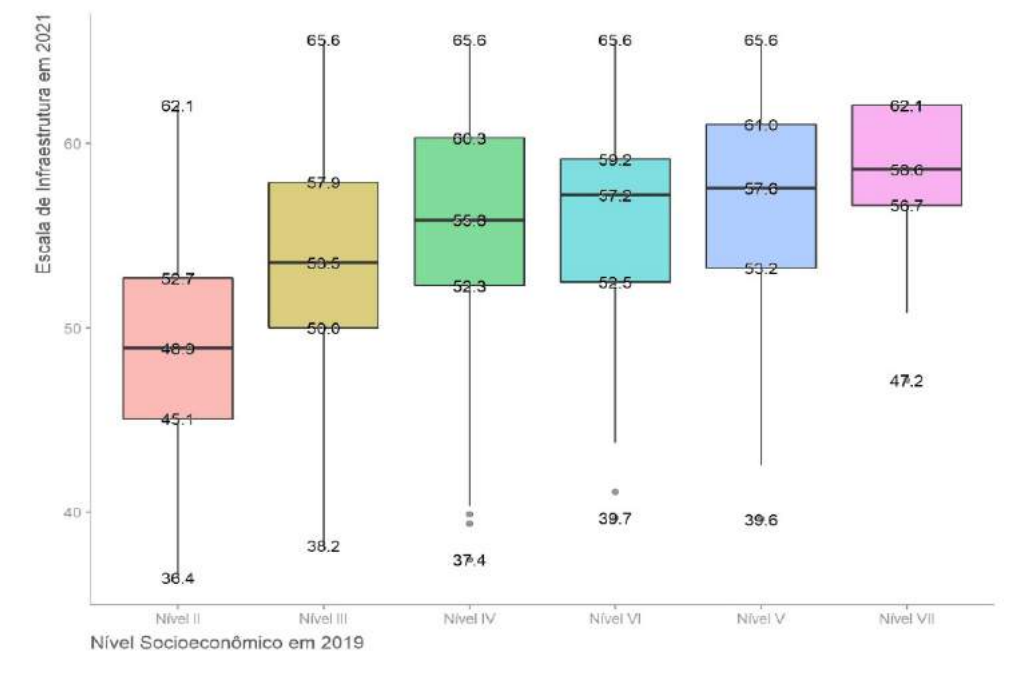
Desigualdade de Infraestrutura

Supondo que a barreira do acesso seja superada e os jovens cheguem à escola, a qual escola cada tipo de estudante tem acesso? O debate sobre o quanto a infraestrutura - física e

pedagógica - das escolas contribui para o êxito das outras dimensões, inclusive dos resultados do processo educacional, é atual e mobiliza muitos estudiosos. No entanto, está bastante demonstrado que a) uma infraestrutura muito precária prejudica o processo educacional, b) uma distribuição muito desigual das condições físicas e pedagógicas das escolas tende a agravar as desigualdades em outras dimensões.

Descendo mais o nível de agregação dos dados, analisou-se diretamente a associação entre a qualidade da infraestrutura e o nível socioeconômico das escolas da rede estadual de Minas Gerais. Quando se analisa a infraestrutura das escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais, o resultado mostra grande variação e, também, desigualdade significativa, como fica claro no gráfico 3.

Gráfico 3: Relação entre Escala de Infraestrutura Escolar (2021) e Nível Socioeconômico (2019).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP, 2019.

O gráfico 3 mostra que quanto maior o nível socioeconômico médio dos estudantes de uma escola da rede estadual de Minas Gerais, melhor a infraestrutura da escola que frequentam. Isto significa que aqueles alunos cujos recursos familiares materiais[1] e não materiais[2] são mais precários - e, por isso, dependem mais daquilo que é ofertado pela escola - são os que têm acesso às piores condições escolares. Ou seja, neste caso, a forma como estão distribuídos os recursos escolares reforça e contribui para reproduzir as desigualdades educacionais. Os dados reforçam que as desigualdades da infraestrutura escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais são significativas. Isto deveria ser uma preocupação dos gestores, por dois motivos. Primeiro, os dados se referem a uma mesma rede de um mesmo estado e, por este motivo, era de se esperar maior homogeneidade nas condições de infraestrutura das suas escolas. Segundo, porque, ao contrário de outros aspectos, esta é uma dimensão da oferta educacional que responde diretamente a decisões alocativas da gestão, sobre a qual, portanto, a governabilidade dos gestores estaduais é bem maior.

Trabalho Docente

Entre os fatores que compõem as condições de oferta dos serviços educacionais, a formação, o perfil, o vínculo e a atuação do corpo docente são, provavelmente, os mais decisivos. Eles constituem, isoladamente, o item de maior investimento em manutenção e desenvolvimento do ensino. E, principalmente, entre todos os insumos educacionais, são aqueles que, seguramente, têm o maior poder de influenciar o desempenho dos estudantes.

[1] Entre os recursos materiais destacam-se a disponibilidade de material escolar, espaço adequado para estudos, acesso a livros e recursos digitais.
[2] Os recursos não materiais mais relevantes são escolaridade dos pais, tempo disponível para acompanhar a vida escolar dos filhos.

Além do mais, a distribuição da capacidade docente é um dos componentes do processo educacional sobre os quais a gestão pública tem razoável governabilidade, já que responde, em uma medida considerável, a decisões alocativas dos gestores, ainda que com limitações geográficas, legais, de disponibilidade de licenciados em algumas áreas, entre outras. Por este motivo, a capacidade docente não deveria estar tão desigualmente distribuída.

Para avaliar a desigualdade no acesso a professores com formação adequada na rede estadual de Minas Gerais, as tabelas 1 e 2 mostram o indicador de acordo com o Nível Socioeconômico das escolas (NSE)[3]. Os dados apresentados mostram uma regressividade na alocação dos docentes com formação mais adequada ao exercício do magistério. Ou seja, em ambos os níveis de ensino, quanto maior o nível socioeconômico das escolas, maior é a adequação da formação docente. Desta forma, as escolas que atendem a alunos em condições socioeconômicas mais vulneráveis – justamente aqueles que se defrontam com maiores desafios educacionais - contam com menos professores com formação adequada às disciplinas que lecionam.

[3] O INSE presente na Prova Brasil, traça um panorama da realidade social de escolas e redes de ensino a partir da condição socioeconômica dos estudantes e das famílias. Ele varia do nível I, o mais baixo, que inclui indivíduos mais vulneráveis e mais pobres, ao VIII, o mais alto, com indivíduos nas melhores condições e menos vulneráveis.

Tabela 1: Adequação da formação docente no Ensino Fundamental, por NSE - 2019

Nível INSE	Nº de Escolas	Média da Variável
Nível II	208	64,19519
Nível III	970	68,15526
Nível IV	2.424	71,78647
Nível V	2.191	73,37631
Nível VI	279	76,05663
Nível VII	19	76,98421

Fonte: INEP, 2019. Elaboração própria.

Tabela 2: Adequação da formação docente no Ensino Médio, por NSE - 2019

Nível INSE	Nº de Escolas	Média da Variável
Nível II	123	67,67480
Nível III	460	67,85457
Nível IV	809	66,99852
Nível V	579	67,01071
Nível VI	49	68,89184

Nível INSE	Nº de Escolas	Média da Variável
Nível VII	16	77,15000

Fonte: INEP, 2019. Elaboração própria.

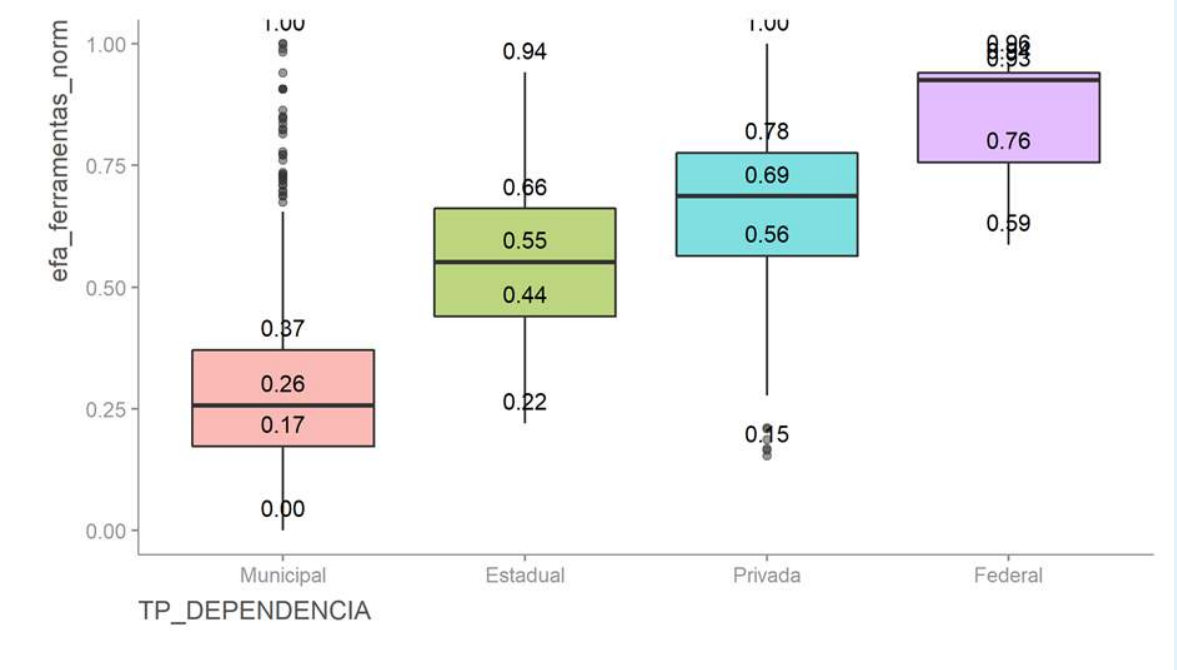
Desigualdade Educacional na Pandemia

Ao tratar das desigualdades educacionais na oferta, no acesso, no trabalho docente e no resultado, é imprescindível falar sobre o período da pandemia do Covid-19. Este trouxe diversos desafios e barreiras a serem vencidos pelos gestores e pelas escolas, para reinventar a forma tradicional de ensino. Em geral, foi necessário migrar do modelo presencial para novas modalidades, voltadas para o ensino remoto e por meios digitais. A impossibilidade da realização das atividades presenciais nas escolas, que deveriam oferecer as condições mínimas de educação a serem ofertadas para que os estudantes possam apresentar um bom desempenho no ensino, houve a necessidade de migrar o ambiente pedagógico para as suas casas. No entanto, uma parcela grande dos estudantes não dispunha das condições materiais, culturais e sociais capazes de propiciar o seu aprendizado.

Sobre o estado de Minas Gerais, cabe agora entender as estratégias adotadas pelas redes de ensino para lidar com a impossibilidade de aulas presenciais e identificar as medidas adotadas em relação a esse problema. Para isso, foi elaborado o Índice de Resposta Educacional Municipal à Pandemia (IREMP). Este índice considera as diversas ações necessárias ao enfrentamento da pandemia, as quais deveriam ter sido implementadas pelas escolas, no caso de Minas Gerais. Apesar de agregados por município, os dados referem-se a escolas de todas as redes do estado, tanto públicas quanto privadas. O primeiro ponto a se observar, expresso no gráfico 4, é a discrepância entre as redes no comportamento do IREMP. Neste caso, os dados mostram a distância entre as redes federal e privada em relação às redes

estadual e municipais e, mais ainda, a condição desvantajosa da resposta das redes municipais do estado de Minas Gerais em relação às outras.

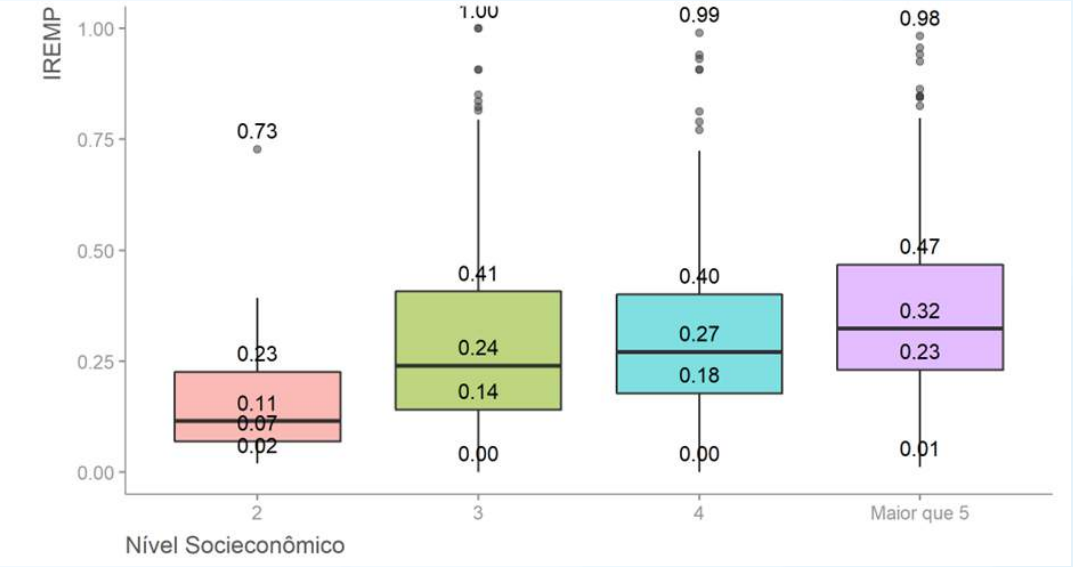
Gráfico 4: Discrepância entre as redes no comportamento do IREMP.



Fonte: Elaboração própria.

Do ponto de vista socioeconômico, o gráfico 6 indica que, quanto mais alto o nível socioeconômico da escola, mais amplas e abrangentes foram as estratégias de enfrentamento à pandemia, com desvantagem ainda mais acentuada para aquelas no nível mais baixo de INSE. Ou seja, as escolas que atendem aos alunos com piores condições socioeconômicas que, certamente, não dispõem de recursos familiares (econômicos e educacionais) para suprir a suspensão das atividades presenciais, foram aquelas que apresentaram respostas mais restritas e precárias para as atividades educacionais.

Gráfico 5: Índice de Resposta Educacional dos Municípios à Pandemia (IREMP), por quartil do Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) das escolas (2021).



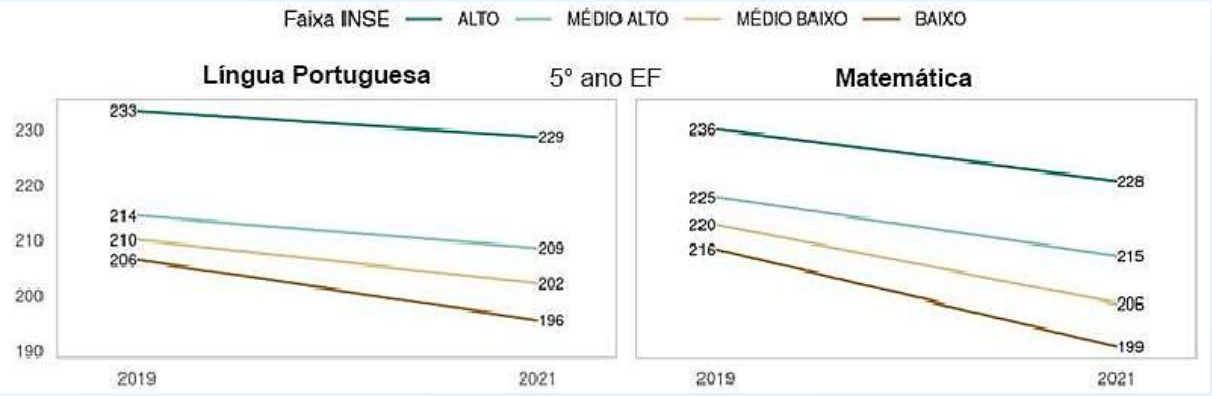
Fonte: Elaboração própria

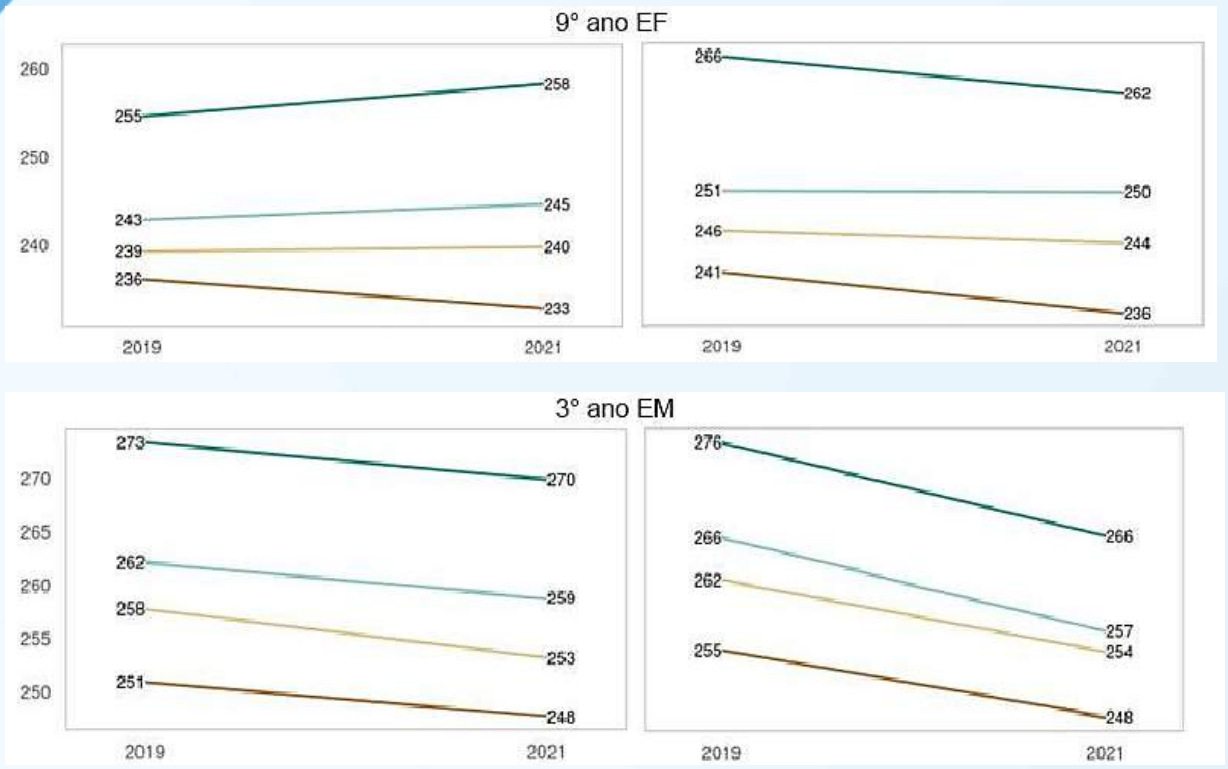
Além das perdas para os estudantes, no que se refere às oportunidades de acesso às atividades educacionais, as consequências da pandemia e a forma como o governo brasileiro a enfrentou, contribuíram para aprofundar as graves desigualdades nos resultados educacionais já existentes. A partir deste momento, a análise será feita a partir do resultado dos estudantes das escolas estaduais nos testes padronizados do PROEB. Como já se afirmou anteriormente, é preciso cautela ao fazer comparações sobre a proficiência entre os anos de 2019 e 2021. Isto porque é bem provável que haja diferenças não aleatórias na composição das amostras. Estas são decorrentes da situação ainda bastante atípica da pandemia em 2021, que afetou a evasão e absenteísmo no período de isolamento social e que pode ter afetado a participação dos alunos mais desfavoráveis social e pedagogicamente, além dos casos eventuais de escolas e turmas com atividades

suspensas no período de aplicação das provas. Porém, mais do que avaliar a evolução geral do desempenho, o que se pretende aqui é indicar que o desempenho dos alunos com a pior situação socioeconômica, que já era mais baixo, piorou ainda mais durante a pandemia. Isto é, as desigualdades de resultados não apenas se mantiveram, mas se aprofundaram no período.

O Gráfico 6 mostra a evolução da proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática por faixa do Indicador do Nível Socioeconômico, nos períodos de 2019 e 2021, para os alunos do 5° ano do Ensino Fundamental, do 9° ano do Ensino Fundamental e do 3° ano do Ensino Médio da rede estadual de ensino de MG. Nele, a proficiência média dos alunos é mais alta conforme aumenta o nível socioeconômico, com uma distância maior entre a faixa de nível alto e as demais faixas. Além disso, há redução na média das notas de 2019 para 2021, para todos os anos e nível socioeconômico, no caso da disciplina de Matemática. A exceção fica para os alunos do 9° ano do Ensino Fundamental para as faixas de alto, médio alto e médio baixo nível socioeconômico em Língua Portuguesa.

Gráfico 6: Proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática em 2019 e 2021, por faixa de Nível Socioeconômico em 2019, nas escolas estaduais.



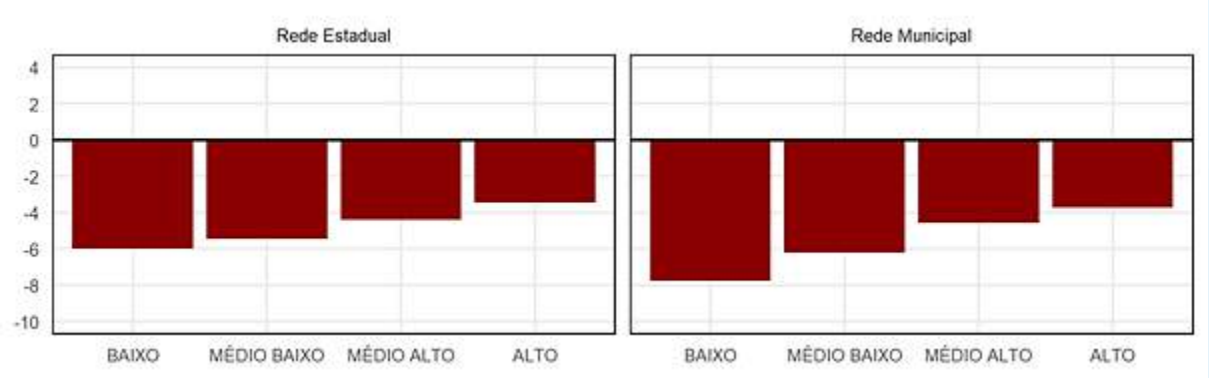


Fonte: Dados PROEB 2019 e 2021. SEE/MG.

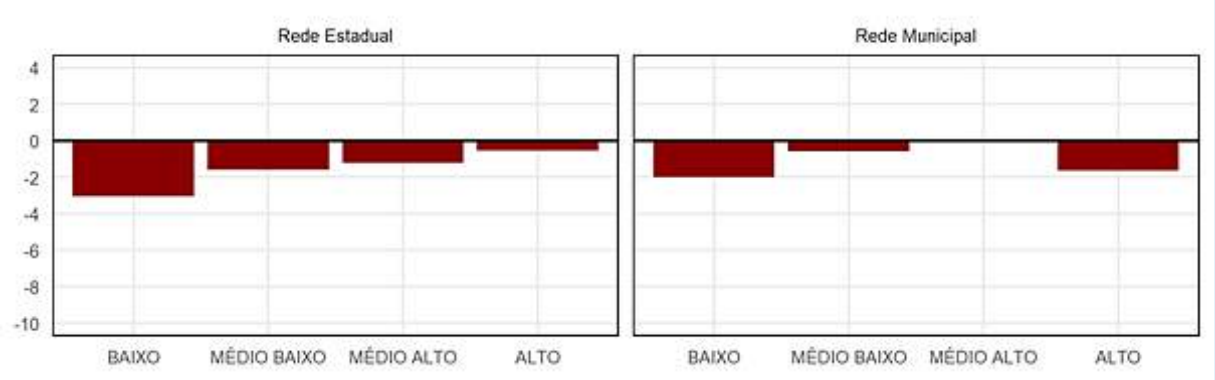
As figuras 1 e 2 abordam a variação da proficiência em Matemática e Língua Portuguesa entre os anos de 2019 e 2021 nas distintas faixas de nível socioeconômico. Elas deixam mais explícito o aprofundamento das desigualdades educacionais durante a pandemia. Em geral, tanto na rede estadual quanto nas municipais avaliadas, o desempenho dos estudantes das escolas com baixo nível socioeconômico piorou ou piorou mais do que aquelas com estudantes em melhores condições. A exceção é o ensino médio. Nesta etapa da educação básica, o desempenho dos mais vulneráveis já era muito baixo e se manteve assim durante a pandemia. Esse baixo desempenho se disseminou pelos outros grupos, por isto a aparência de uma piora homogênea ou socialmente "neutra" é enganosa.

Figura 1: Proficiência em Matemática entre os anos de 2019 e 2021 por faixa de Nível Socioeconômico em 2019.

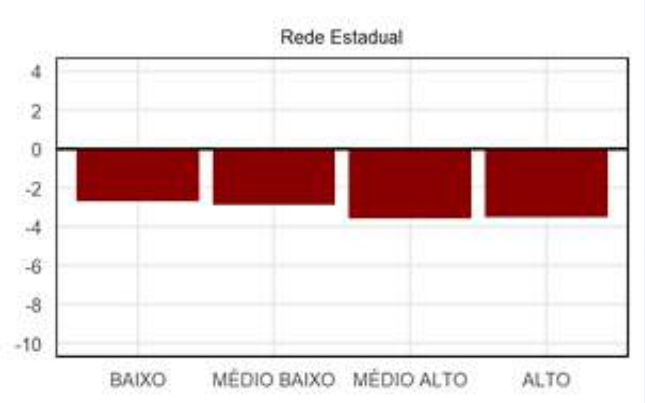
5° ano do Ensino Fundamental



9° ano do Ensino Fundamental



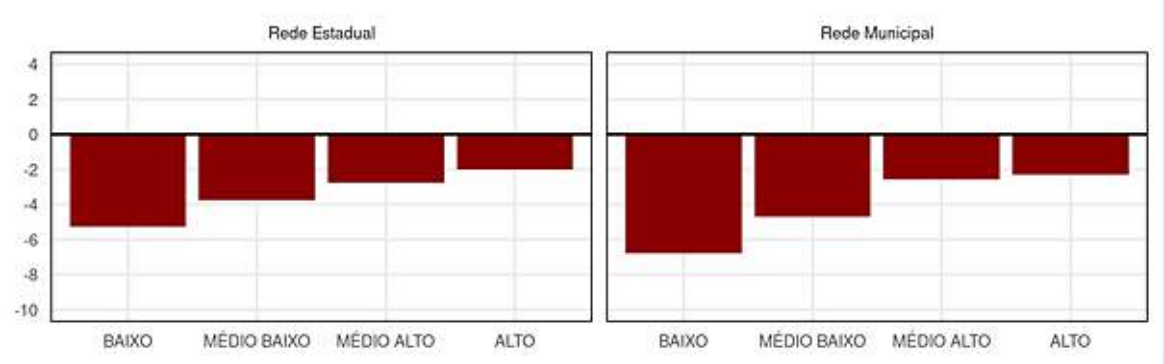
3° ano do Ensino Médio



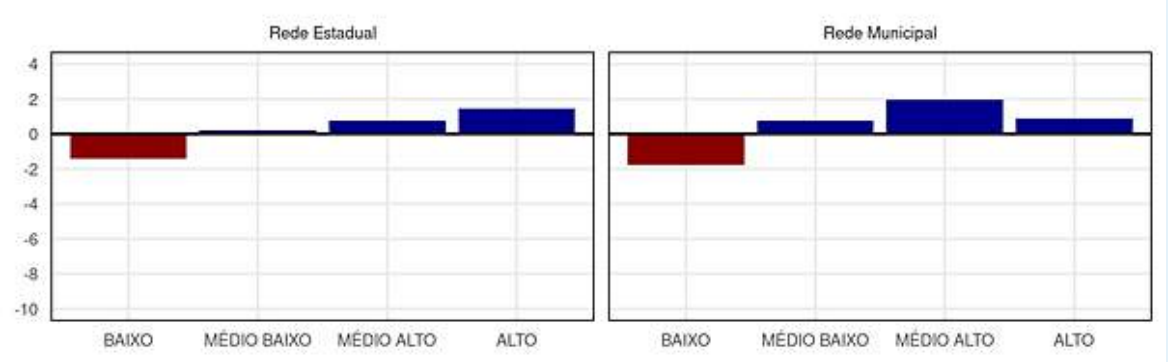
Fonte: Dados PROEB 2019 e 2021. SEE/MG.

Figura 2: Proficiência em Língua Portuguesa entre os anos de 2019 e 2021 por faixa de Nível Socioeconômico em 2019.

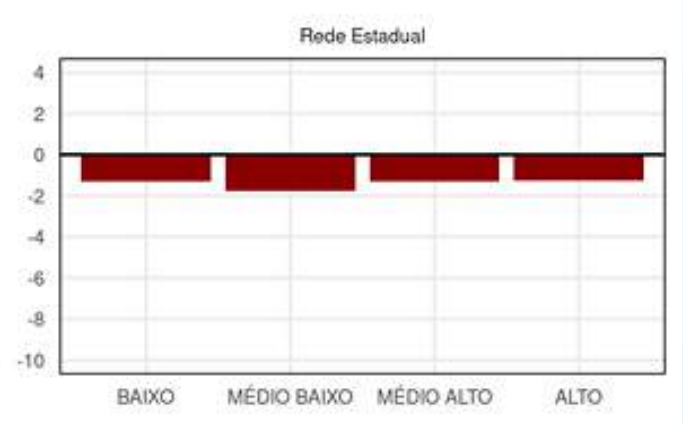
5° ano do Ensino Fundamental



9° ano do Ensino Fundamental



3° ano do Ensino Médio



Fonte: Dados PROEB 2019 e 2021. SEE/MG.

A desigualdade é realidade nas diversas etapas da educação básica, do processo de ensino e aprendizagem e das condições de acesso, permanência e desenvolvimento dos estudantes. Quanto ao acesso escolar, a trajetória do estado de Minas Gerais é semelhante à nacional, com o Ensino Fundamental quase universalizado. Por sua vez, o Ensino Médio ainda está distante da universalização e com taxas de escolarização

líquida bem aquém do Fundamental. Os dados mostram que há grandes desigualdades no acesso, principalmente, no Ensino Médio. Nele a população rural e pessoas negras acessam menos se comparada com a população urbana e pessoas brancas.

Em relação aos insumos e infraestrutura escolar, os dados mostram consistente desigualdades entre as mesorregiões do estado de Minas Gerais, socioeconômicas e raciais. Ou seja, as mesorregiões com os piores indicadores socioeconômicos e maior concentração de negros, pobres e extremamente pobres são aquelas que têm insuficiência e problemas nos insumos e da infraestrutura escolar no estado de Minas Gerais. Ao analisar a qualidade da infraestrutura ofertada, as unidades escolares com pior infraestrutura são aquelas localizadas nas mesorregiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Por outro lado, quanto maior a concentração de pessoas autodeclaradas brancas, melhor é a infraestrutura das escolas. Este cenário é preocupante e deveria mobilizar a Secretaria de Estado de Educação, pois a infraestrutura das escolas é uma das poucas dimensões da política educacional que responde mais diretamente a decisões alocativas, estando sob maior controle da gestão pública. Deste modo, pode-se argumentar a favor da alocação e distribuição progressiva dos recursos em escolas, municípios e mesorregiões em atendem estudantes não brancos e mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico em maior número.

As desigualdades também estão presentes nas condições de trabalho docente. Neste caso, quanto menor o nível socioeconômico da escola, menor é a adequação da formação docente, ou seja, o percentual daqueles com formação ideal para a disciplina que lecionam. A adequação também varia pelas

mesorregiões do estado, naquelas com maior concentração de não brancos e pobres — Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri — têm também os menores índices. Quanto à regularidade docente, que mede a permanência do docente em determinada escola, há variação a depender do nível socioeconômico da escola. Isto é, quanto pior é a sua condição, maior a rotatividade e menor também o tempo de permanência dos professores.

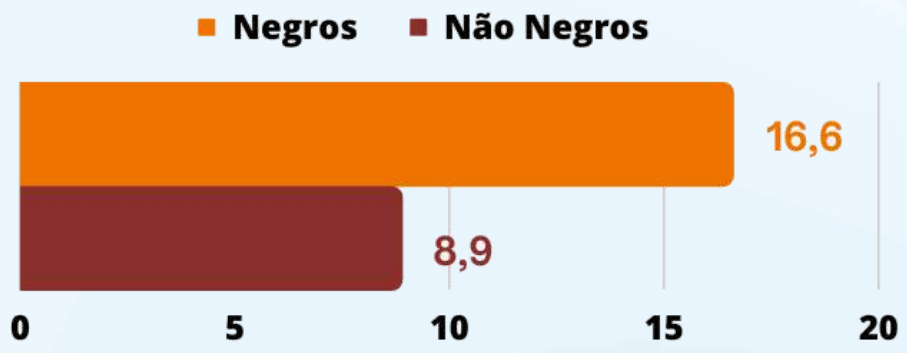
Essas desigualdades educacionais na oferta, no acesso, no trabalho docente e no resultado do ensino são intensificadas pelas desigualdades regionais, de renda, raciais e socioeconômicas e se agravaram ainda mais no período da pandemia. Isso ocorreu, em grande medida, devido às medidas adotadas pelo governo do estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Educação, que privilegiam as escolas e os alunos de nível socioeconômico mais elevado. A estratégia educacional durante o período de isolamento social, utilizou de mecanismos que dificultou aos estudantes pobres e extremamente pobres o acesso à aprendizagem. Portanto, o mínimo que se espera do governo são ações e programas reparadores do agravamento das desigualdades. O que este estudo antecipa é que se permanecer o cenário atual, não será possível falar em educação de qualidade na rede estadual de ensino, pois a tendência é que as desigualdades permaneçam e se agravem, mesmo com o fim da pandemia.

VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

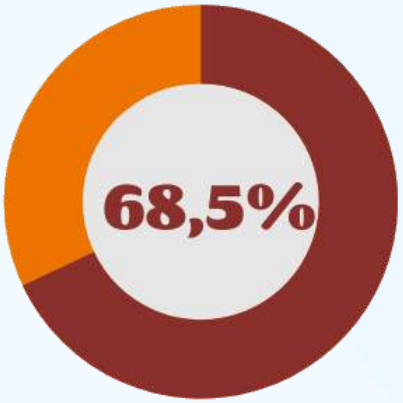
MINAS PELA IGUALDADE:
Segurança Pública, Violência e Desigualdades

A segurança pública é um dos temas mais urgentes do campo da administração pública estadual. Isso porque não se trata apenas de uma desigualdade que se revela no acesso a um direito e, logo, a um serviço estatal, na medida em que a atuação do Estado nesta seara acaba por reforçar e reproduzir outras formas de desigualdade. A partir dos resultados da pesquisa Minas pela Igualdade, desenvolvida pelo Observatório das Desigualdades em 2022, este infográfico reúne alguns indicadores sobre a segurança em Minas Gerais.

Taxa de homicídio de pessoas negras e não negras (Minas Gerais, 2019)



Percentual de pessoas negras entre as vítimas de violência letal (Minas Gerais, 2021)



Os dados da violência em Minas Gerais, assim como em todo o Brasil, evidenciam um **padrão racial**: a maioria das vítimas são pessoas negras. A violência policial e o encarceramento em massa também têm como alvo principal homens negros.

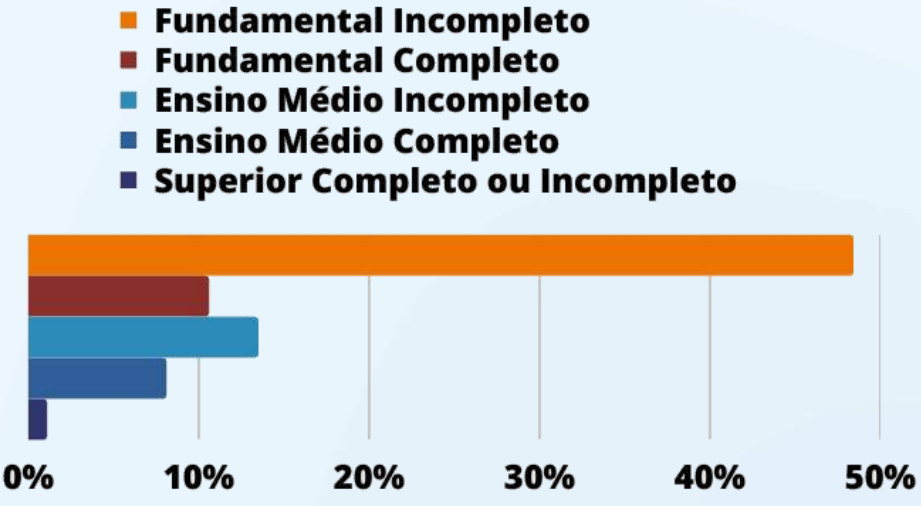
68,4%

dos cidadãos e policiais envolvidos em intervenções letais e não-letais são negros.

67,9%

das pessoas privadas de liberdade em Minas Gerais são negras.

Pessoas em privação de liberdade por escolaridade (Minas Gerais, 2021)



Além do racismo, os dados da segurança pública de MG revelam outras desigualdades, como a **desigualdade educacional**, na medida em que mais da metade das pessoas privadas de liberdade no estado não concluíram o Ensino Fundamental.

57,3%

dos cidadãos envolvidos em intervenções policiais em 2021 tinham 24 anos ou menos.

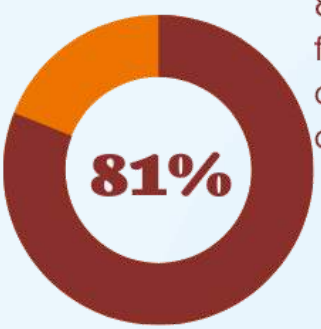
48,8%

das pessoas privadas de liberdade em Minas Gerais foram encarceradas por crimes relacionados às drogas.

A **violência de gênero** é outra questão alarmante em Minas Gerais, assim como em todo o Brasil, mostrando como a própria casa não é um ambiente seguro para muitas mulheres.

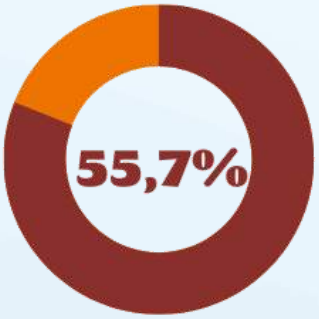
27

PESSOAS LGBTQ+ FORAM ASSASSINADAS EM MINAS GERAIS EM 2021, SENDO O 3º ESTADO QUE MAIS MATA ESSE GRUPO NO PAÍS.



81% dos feminicídios foram executados pelo companheiro ou ex-companheiro da vítima

55,7% dos crimes foram cometidos na residência das mulheres



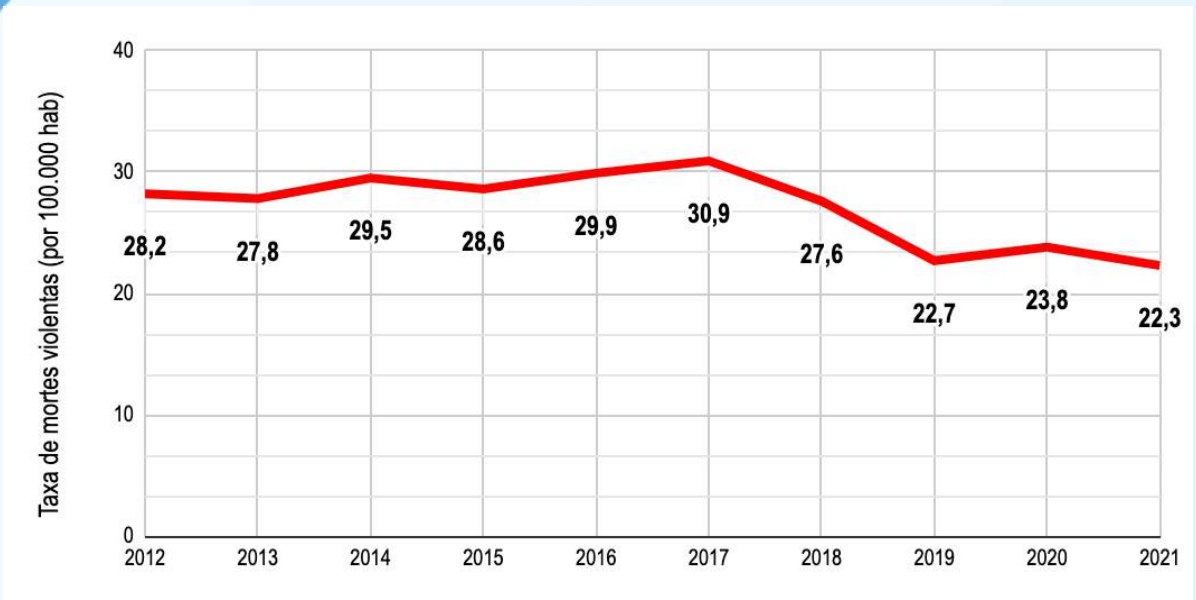
SEGURANÇA PÚBLICA

A persistente desigualdade brasileira que se manifesta de forma candente na segurança pública se deve à atuação do Estado nesta seara, que acaba por reforçar e reproduzir outras formas de desigualdade.

Dão causa a esse cenário fatores históricos e estruturais da política de segurança pública no Brasil, sobretudo sua trajetória militarizada. Sob essa orientação, desenvolve-se uma política de guerra interna e conquista, visando a eliminação de um suposto inimigo, que somada à ótica da "guerra às drogas", produz uma atuação repressiva e ideologizada. Prevalece a percepção falaciosa de que o "sistema" não atua de forma dura e que a impunidade é uma das principais causas da criminalidade – uma narrativa que pressiona os atores públicos a tomarem decisões que fortalecem políticas mais voltadas para o enfrentamento penal e reativo como solução. Sua faceta ideologizada alimenta, por sua vez, uma atuação pautada pela arbitrariedade e seletividade, vitimando grupos sociais já vulnerabilizados.

A violência se expressa de variadas formas, e há vários indicadores que poderiam ser utilizados para diagnosticá-la, sendo os mais comuns os indicadores criminais. Para contextualizar o problema da violência em Minas Gerais, escolhemos destacar o indicador de *violência letal intencional*. Além de se tratar da violência que gera a mais grave consequência, a perda da vida, esse indicador é bastante utilizado por sua baixa subnotificação e a possibilidade de se estabelecer comparações, já que as séries histórias se estendem por algumas décadas.

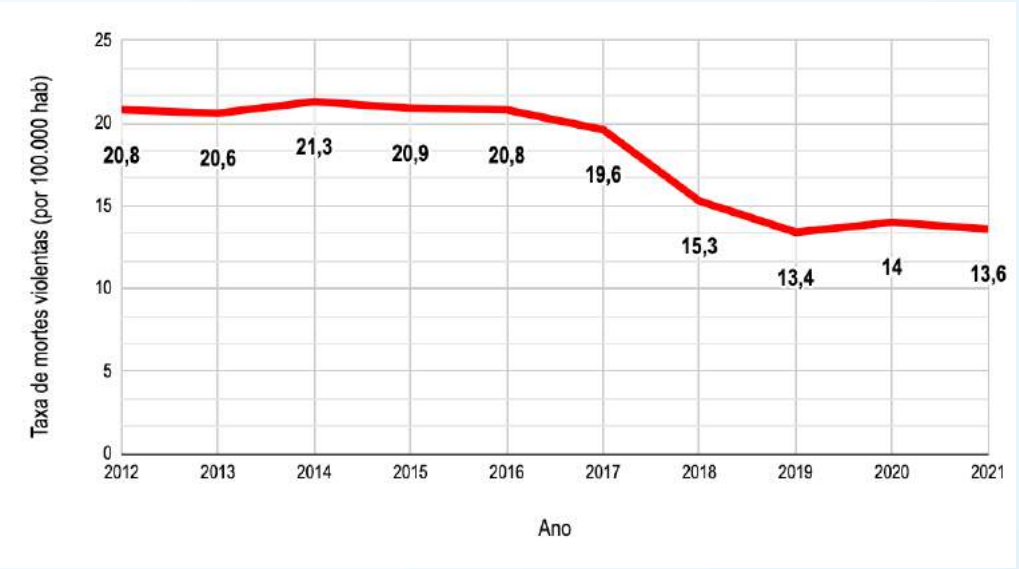
Gráfico 1: Taxa de mortes violentas intencionais no Brasil - 2012 a 2021.



Fonte: FBSP (2022).

Se 2017 foi o ano mais violento da série histórica que compreende os últimos dez anos, no Brasil, 2021 foi o ano que apresentou a menor taxa. Neste, o Brasil registrou uma taxa de 22,3 mortes violentas intencionais, tendo havido uma redução de 6,5% com relação à de 2020. Essa diminuição ocorreu de forma homogênea em 22 unidades da federação, inclusive em Minas Gerais (FBSP,2022). A despeito da tendência de redução observada desde 2017, o país ainda convive com cenários de violência extrema e revelam a fragilidade dos arranjos institucionais de segurança pública no país. Além disso, quando analisamos a situação específica do estado de Minas Gerais e, sobretudo, a desigualdade na vitimização de grupos específicos da população, observamos padrões bastante preocupantes, alguns deles seguindo as tendências nacionais.

Gráfico 2: Taxa de Mortes Violentas Intencionais em Minas Gerais - 2012 a 2021.

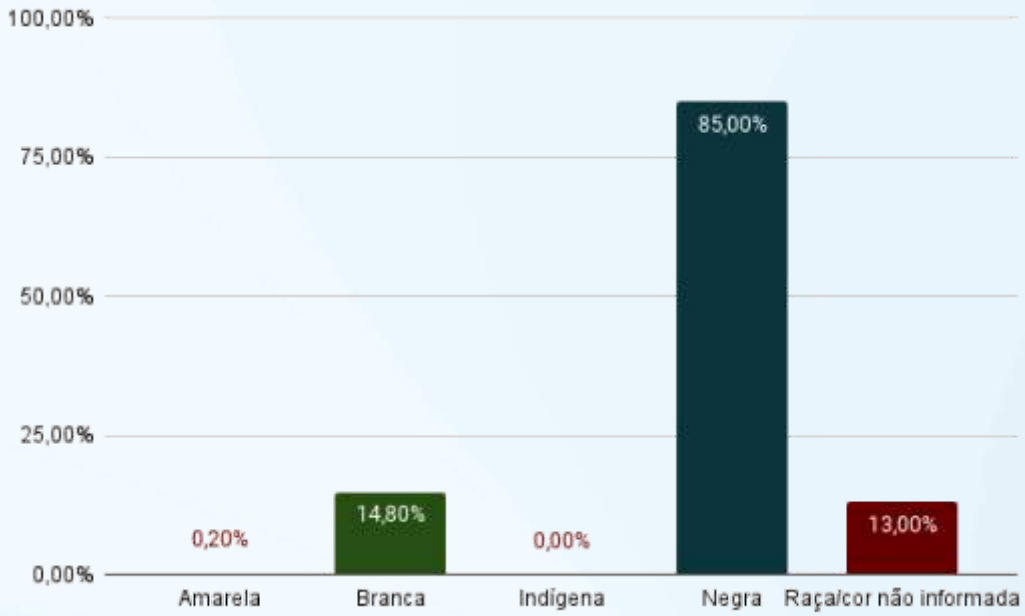


Fonte: Elaboração própria com dados do DECDACrim/SIIP/PCMG (2022); e FBSP (2021).

A série histórica das taxas de mortes violentas intencionais para o estado nos últimos dez anos mostra que Minas Gerais inicia a tendência de redução alguns anos antes do Brasil. A partir de 2014, nota-se a queda nas taxas até 2021, com um repique em 2020. Além disso, podemos ver que as taxas estaduais são significativamente inferiores às nacionais, em cerca de 9 pontos percentuais. O perfil das vítimas de MVI também indica que os homens são a maioria: no país, em 2021, 91,3% eram do sexo masculino (FBSP, 2022), ao passo que em Minas Gerais o percentual foi de 88,2% (DECDACrim/SIIP/PCMG, 2021).

Os dados também evidenciam os padrões raciais: pessoas negras são as maiores vítimas da violência letal, tanto no país quanto no estado. Em 2021, 77,9% das vítimas de mortes violentas intencionais do Brasil eram negras. Em Minas Gerais, foram vítimas de morte violenta 1931 pessoas negras, o que corresponde a 68,5% do total (DECDACrim/SIIP/PCMG, 2021 e FBSP, 2022). Para a juventude, os padrões raciais se repetem. Em Minas Gerais, no ano de 2022, os jovens negros representam 85% de MVI.

Gráfico 3: Proporção de jovens de 15 a 29 anos vítimas de Mortes Violentas Intencionais, por raça/cor - Minas Gerais, 2022.



Fonte: Bases de microdados das Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A despeito da grande maioria de vítimas da violência letal serem masculinas, ao levantarmos as informações constantes das bases de dados disponíveis, observamos uma incidência significativa de violências e crimes envolvendo o público feminino, que vão desde a agressão física e sexual até mortes.

No ano de 2021, 11,8% das vítimas de mortes violentas intencionais em Minas Gerais eram mulheres. O estado registrou ligeira queda no registro de feminicídios, de 3,6%, entre os anos de 2018 a 2021. No entanto, nesse mesmo período, houve um crescimento de 27,5% dos homicídios de mulheres; a proporção de mulheres assassinadas em relação ao total de homicídios registrados saltou de 10,5 % em 2018 para 18% em 2021

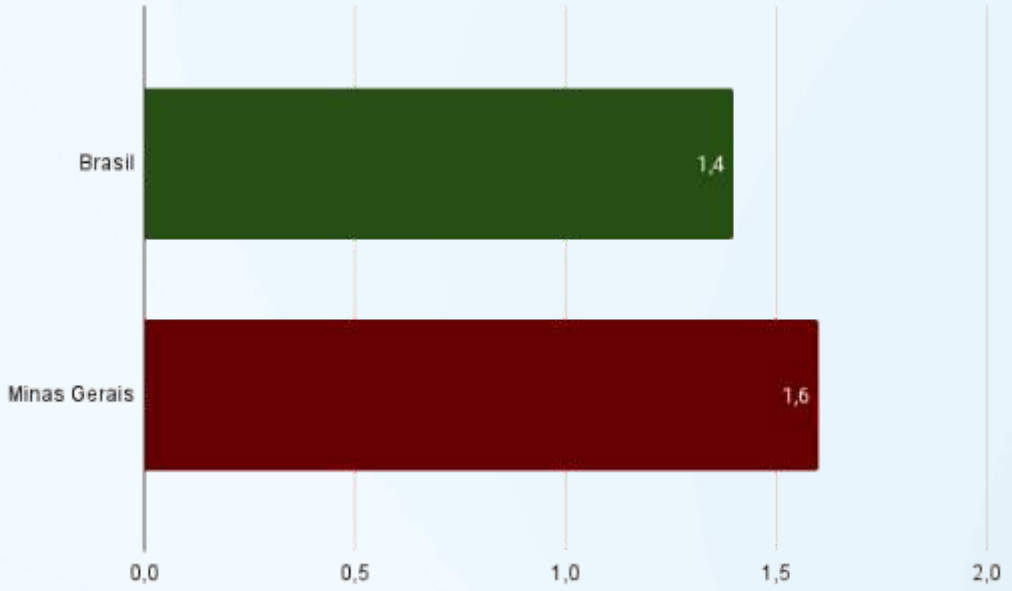
(DECDACrim/SIIP/PCMG, 2021; FBSP, 2022)[4].

Acerca dos feminicídios, importa ressaltar que essa modalidade específica de homicídio é um fenômeno culminante de um ciclo variado de violência sofrido por mulheres. Usando uma definição abrangente, pode-se dizer que feminicídio é "a morte de uma mulher pela sua condição de gênero" (ROICHMAN, 2020). No Brasil, entre 2020 e 2021, foram vítimas de feminicídio um total de 2.451 mulheres, o que corresponde a uma taxa de 1,22 a cada 100.000 habitantes. No ano de 2021, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas no país, de acordo com dados do Atlas da Violência (FBSP, 2021).

Em 2021, o Brasil registrou 1341 crimes de feminicídio, sendo que Minas Gerais foi o estado com a maior incidência. Naquele ano, em Minas Gerais, foram registrados 154 óbitos (FBSP, 2021), o que corresponde a uma taxa de 1,41 mortes a cada 100.00 habitantes (DECDACrim/SIIP/PCMG,2022).

[4] Tais dados sugerem ter havido não uma redução *real* da violência letal, mas uma mudança na forma como o registro dessas ocorrências é feito na ponta.

Gráfico 4: Feminicídio por 100 mil mulheres - Brasil e Minas Gerais, 2022.



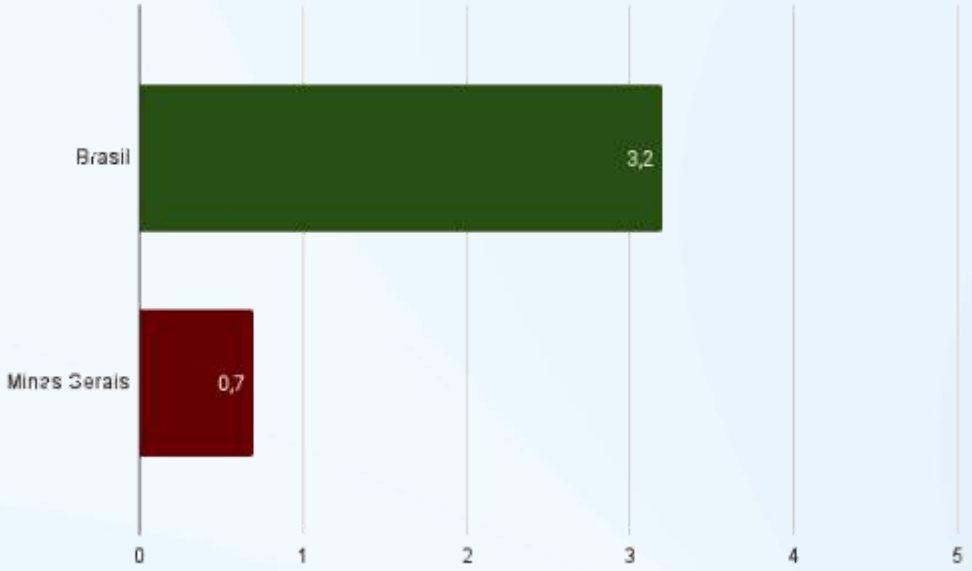
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); ; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação - IBGE, realizadas por meio de interpolação linear; Censo 2022 - IBGE.

Ao analisar a dinâmica e os perfis das mulheres vítimas de feminicídio consumado, os dados indicam, quanto à escolaridade das vítimas, que 20% delas eram alfabetizadas e 10% possuíam ensino fundamental incompleto; apenas 6% possuíam ensino médio completo. A faixa etária prevalecente entre as mulheres vítimas é de 35 a 44 anos de idade (29%), sendo que aproximadamente 73% (setenta e três por cento) tinham entre 18 e 44 anos de idade em Minas Gerais.

Quanto ao número de vítimas de letalidade policial em Minas Gerais, nota-se um crescimento para os últimos anos. O estado, assim como o resto do país, apresenta uma alta taxa de letalidade em valores absolutos e chamam atenção os rostos das vítimas dessa violência: adolescentes e jovens negros. As informações disponíveis evidenciam os

padrões da desigualdade nesse âmbito.

Gráfico 5: Taxa de mortes decorrentes de intervenção policial - Brasil e Minas Gerais, 2022.



Fonte: Dados elaborados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a partir dos registros das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima.

Inicialmente, é essencial destacar o volume de mortes decorrentes de intervenções policiais no âmbito nacional e estadual. No Brasil, o número de vítimas decorrentes de intervenções policiais se manteve em cerca de 17 por dia, entre os anos 2018 e 2021, estabelecendo as forças policiais brasileiras como uma das mais letais do mundo (FBSP, 2022).

O cenário em Minas Gerais é um pouco diferente do nacional: a taxa de letalidade no estado é menor que a do Brasil, de 0,78 a cada 100 mil habitantes, enquanto a taxa brasileira é de 2,94 no mesmo ano, segundo dados para o ano de 2018 (FJP, 2021). No entanto, quando se avalia a proporção

entre cidadãos e agentes policiais mortos, ela é mais alta no estado, cerca de 10,9, enquanto no Brasil é de 8,6[5]. Chama atenção também o fato de que, em Minas Gerais, entre os cidadãos atingidos pelos tiros dos agentes policiais, 1 em cada 4 sofrem ferimentos letais.

Acerca dos padrões de desigualdade que se expressam entre as vítimas dessa violência, é importante destacar primeiramente seu sexo: a maioria quase absoluta das vítimas da letalidade policial entre 2013 e 2018 em Minas Gerais é constituída de homens, 96,8% (FJP, 2021). A raça/cor das vítimas é majoritariamente negra: 68,4% dos cidadãos e policiais envolvidos em intervenções letais e não-letais são negros (pretos e pardos), enquanto os envolvidos não-negros somam 17,6%. Portanto, a chance de cidadãos negros serem vitimados pela polícia chega é quase quatro vezes maior que a de cidadãos brancos, ao passo que a população negra do estado é de 61,0%, ou seja, apenas 1,5 maior do que a branca (FJP, 2020). A desigualdade racial na letalidade policial não se limita aos cidadãos; entre os próprios policiais, a chance de negros serem vitimizados é 53% maior do que a de policiais brancos (FJP, 2021). Isso significa que as vítimas do racismo institucional compreendem também os próprios servidores da segurança pública.

Em Minas Gerais, os locais das interações e a motivação por trás delas também servem para compreender o contexto dos conflitos. A maior parte das intervenções ocorreram em vias públicas: entre 2013 e 2018, chegou a 77,9% (FJP, 2021). E o principal fato registrado como motivador da interação entre os agentes de segurança e os cidadãos foi a “abordagem a suspeitos" compondo 50,9 % das respostas dos agentes.

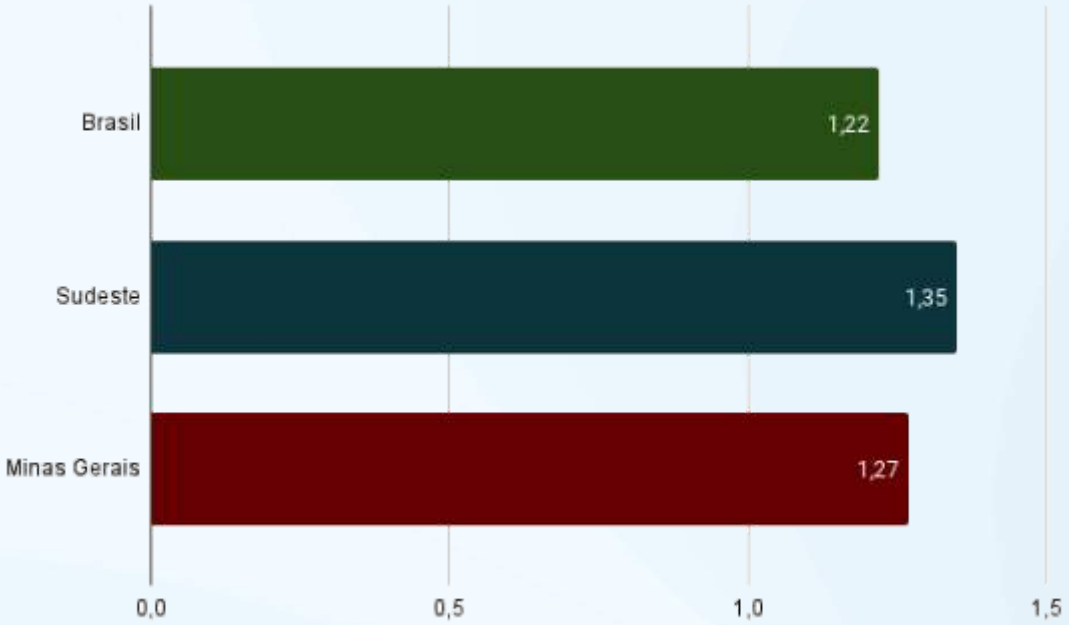
A chamada “fundada suspeita” é resultado da experiência de campo

[5] Isso significa a maior chance de cidadãos serem mortos quando um conflito dessa natureza ocorre.

acumulada, ou como é nomeada pelos oficiais e agentes, do “tirocínio policial”, segundo estudo conduzido por Sinhoretto (2014). É possível identificar os elementos que fundamentam a identificação de um suspeito através dos depoimentos coletados junto a policiais de quatro estados pesquisados pelo estudo (SP, RJ, DF e MG). Eles se referem a um grupo social específico, caracterizado por uma faixa etária jovem, que apresenta um estilo de vestir, andar e falar que remete a aspectos da cultura negra periférica. Essa forma de filtragem racial, apesar de explícita e constituir consenso entre os interlocutores participantes da pesquisa, não é admitida, em parte, pelos agentes. Nega-se a filtragem racial, mas, surpreendentemente, a discriminação de classe é reconhecida pelos entrevistados como determinante da suspeição criminal.

No Brasil prevalece uma percepção falaciosa de que o sistema penal não atua de forma dura e que a impunidade seria uma das principais causas da criminalidade. Essa narrativa pressiona os atores políticos a tomarem decisões que fortalecem políticas de segurança pública voltadas para um sistema mais repressivo e encarcerador como solução para a questão da violência. Todavia, a pesquisa científica tem amplamente constatado que o encarceramento, como política criminal e social, não é eficaz para reduzir a criminalidade e, além disso, se manifesta como um mecanismo importante de manutenção das desigualdades.

Gráfico 6: Razão entre o percentual de pessoas negras no total da população prisional e o percentual de pessoas negras na população - Brasil, Sudeste e Minas Gerais, 2022.



Fontes: SISDEPEN-Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acumulado de 5ª visita - 2022.

A violência deve ser compreendida e tratada como um fenômeno multifacetado, sendo necessária uma atuação conjunta não apenas entre os diferentes órgãos que compõem a segurança pública e o sistema de justiça criminal, mas entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e as pastas da Educação, Saúde e Assistência Social. Para isso, é importante tanto tornar a prevenção à violência uma pauta transversal às suas respectivas agendas (FBSP, 2020), quanto aprimorar os mecanismos de discussão e tomada de decisão coletiva, privilegiando a atuação intersetorial, estratégia pouco valorizada no atual contexto estadual.

A elaboração de políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência

contra as mulheres exige **considerar a complexidade** dos contextos que a pauta envolve. Não se deve adotar uma linha de raciocínio única, é importante levar em conta as várias dimensões tanto na elaboração das ações e programas, quanto dos procedimentos operacionais padrão a serem adotados pelas equipes de segurança pública, no sentido de adequá-las ao contexto racial, etário e de gênero das violências.

Por isso, além das ações junto ao nível municipal já apontadas, é essencial garantir uma estrutura adequada para o funcionamento das instituições especializadas na investigação e na prevenção dessa violência. Atualmente, Minas Gerais conta com um **investimento precário** em políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, sendo, em grande parte, derivado de repasses do governo federal. Soma-se a isso o fato de que, desde 2017, o orçamento federal tem sido repassado em volume muito inferior ao dos anos anteriores – no ano de 2020, apenas 5,4% do orçamento destinado para os programas de proteção à mulher foram gastos pelo governo federal[6] dos 12% totais destinados à segurança pública.

Os padrões atuais da abordagem policial adotada em Minas Gerais são geradores de um alto número de vítimas e precisam ser urgentemente direcionados. As estatísticas mostram características preocupantes sobre o perfil da população é que alvo preferencial das mortes decorrentes das abordagens: homens jovens, de baixa escolaridade e negros. Assim, são urgentes ações e políticas capazes de romper esse cenário preocupante. Dentre elas, recentemente se destaca o uso

[6] Após extinguir o programa "Política para Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfretamento à Violência" e substituí-lo pelo programa de "Proteção à vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos", o governo federal inseriu as políticas de proteção à mulher em uma pasta genérica; além disso, apenas 5,4% do orçamento destinado para os programas de proteção à mulher foram gastos pelo governo federal (HUMAN RIGHTS, 2020 apud MAIA, 2020).

de câmeras para o monitoramento da atuação policial, que já vem sendo aplicada em alguns estados brasileiros, com bons resultados.

O uso da tecnologia de **câmeras corporais** anexadas ao fardamento dos policiais tem causado impactos consideráveis, levando em conta sua capacidade de inibir abordagens abusivas, ao mesmo tempo servindo como ferramenta para proteger os policiais de conflitos inesperados, ao agilizar a transmissão de informações. Trata-se de dispositivos móveis capazes de registrar ininterruptamente e transmitir em tempo real para uma central, em áudio e vídeo, a ação dos agentes. A nova tecnologia é usada, assim, tanto para garantir a segurança jurídica dos agentes, quanto como instrumento de monitoramento, fiscalização e responsabilização da ação policial. A política parte do princípio de que, ao saber que estão sob vigilância externa, os envolvidos são forçados a agir de acordo com expectativas externas de comportamento. Além disso, as gravações podem, ainda, servir como referência para treinamentos policiais, aumentar a coerção contra condutas inadequadas e conferir mais material para investigações.

Como vimos, a seletividade da política de segurança pública é uma das engrenagens da reprodução e aprofundamento das desigualdades sociais, e reforço das situações de vulnerabilidade. Explicitada nas estatísticas trazidas, a segurança em Minas Gerais vem sendo historicamente orientada por uma lógica militarizada e repressiva, priorizando o investimento na atuação policial, sobretudo para atuar na repressão às drogas, no controle da população periférica e no encarceramento em massa.

Tais políticas contradizem as evidências e os consensos científicos da área, que apontam ser preciso,

diversamente, investir em formas de policiamento preventivo e comunitário, em projetos de prevenção focados na população jovem (principalmente para reduzir a violência letal contra jovens negros), no enfrentamento da violência contra as mulheres e de gênero, e no controle da violência e da arbitrariedade policial. São medidas importantes para dotar a política de segurança de uma perspectiva cidadã e interromper os mecanismos de exclusão que fomenta.

EXPEDIENTE

O Observatório das Desigualdades, parceria entre a Fundação João Pinheiro e o Conselho Regional de Economia – MG, é um projeto de extensão do curso de Administração Pública, que busca contribuir com o debate sobre as diferentes faces da desigualdade social, difundindo e tornando mais acessível o conhecimento e as informações sobre o tema. As opiniões expressas neste boletim não representam necessariamente o posicionamento das instituições.

Fundação João Pinheiro

Presidente: Helger Marra Lopes

Vice-Presidente: Mônica Moreira Esteves Bernardi

Diretora da Escola de Governo: Maria Isabel Araújo Rodrigues

Corecon–MG

Presidente: Tânia Cristina Teixeira

Vice-Presidente: Gustavo Aguiar Pinto

Gerente Executivo: Marco Aurélio Loureiro

Observatório das Desigualdades

Coordenação: Bruno Lazzarotti Diniz Costa
Matheus Arcelo Fernandes Silva

Bolsistas: Alexandre Henrique Martins da Fonseca
Anna Clara Ferreira Mattos
Ariel Morelo Vianna
Lorena Ferrari Auarek

Extensionistas: Alessandra Von Dollinger Kadar
Estevão Matuck Reis

Minas Pela Igualdade

Equipe Docente: Ágnez de Lélis Saraiva
Carla Bronzo Ladeira
Letícia Godinho de Souza
Raimundo de Sousa Leal Filho

Equipe Discente: Breno Fernandes da Cruz
Maria Aline da Silva Dias
Maria Eduarda Ferreira Oliveira Duque
Pedro Kenji Sato Mendes
Rodolfo Alessandro de Matos Andrade
Thiago Augusto Silva Guimarães